



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011 (Do Sr. Fernando Francischini)

Requer que seja realizada reunião de Audiência Pública sobre denúncias de contratação de servidora pelo Ouvidor do Ministério da Agricultura, Sr. **Gustavo Fagundes Neto**, identificada como filha de lobista que teria atuação no próprio Ministério da Agricultura.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convidado para reunião de Audiência Pública Sr. **Gustavo Fagundes Neto**, Ouvidor do Ministério da Agricultura, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre contratação de servidora na Ouvidoria do Ministério, identificada como filha de lobista que teria atuação no próprio Ministério da Agricultura, como divulgam as matérias abaixo

JUSTIFICAÇÃO

A revista Veja publicou, em sua edição 2229 de 10 de agosto de 2011, reportagem sob o título: **O homem da mala**". Diz a notícia:

"No Ministério da Agricultura, lobista que se diz amigo do ministro Wagner Rossi distribui pacotes de dinheiro a funcionários do setor de licitações. Na Conab, representantes da estatal cobraram propina de 22 milhões de reais para liberar pagamento de dívidas judiciais.

Este homem bem-vestido, carregando uma mala, dirigindo-se à portaria principal do Ministério da Agricultura é exatamente aquilo que parece. Seu nome é Júlio Fróes. Apresenta-se como jornalista, cientista político e professor. Mas sua atividade principal é outra: ele é um conhecido lobista de Brasília. Um daqueles que usam urna profissão legítima, o lobby, como fachada para intermediar negócios. Júlio Fróes faz isso e muito mais no Ministério da Agricultura. Ali, ele se comporta e é tratado como uma autoridade. Mesmo sem nenhum vínculo formal com a pasta, o lobista cuida dos processos de licitação, redige editais, escolhe empresas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

prestadoras de serviços - e, ao fim de cada trabalho bem-sucedido, distribui pacotes de dinheiro aos funcionários. Em outras palavras, paga propina aos que o ajudam a tocar seus negócios escusos. O mais impressionante é que o lobista faz tudo isso com o conhecimento e o aval da cúpula do órgão. E, segundo suas próprias palavras, com a autorização de seu amigo, o ministro Wagner Rossi. ,

"Doutor Júlio", como é conhecido pelos servidores da pasta, goza de privilégios: tem acesso liberado à entrada privativa do ministério, por onde apenas o ministro, seus assessores diretos e pessoas previamente autorizadas podem ingressar. Uma deferência dispensada a poucos. Doutor Júlio também usa uma sala com computador, telefone e secretária na sobreloja do ministério. É lá que ele atua quando está em Brasília. O escritório clandestino fica dentro de um dos setores mais estratégicos e delicados de qualquer repartição pública - a Comissão de Licitação, o lugar onde são elaboradas as concorrências que escolhem as empresas que, apenas da Agricultura, receberão neste ano 2 bilhões de reais. Júlio Fróes representa os interesses de muitas delas. E o faz dentro do ministério, explicitamente, na companhia e sob as orientações de assessores da mais alta confiança do ministro Wagner Rossi. Nas últimas semanas, VEJA ouviu histórias reveladoras dos estranhos poderes de Júlio Fróes.

No ano passado, ele apareceu pela primeira vez naquela que seria "sua" futura sala na Comissão de Licitação acompanhado de Milton Ortolan, atual secretário executivo do ministério. Homem da mais estrita confiança do ministro Rossi, Ortolan apresentou o lobista aos funcionários, informou que ele estava autorizado a usar o computador para preparar um documento e mandou que todos ajudassem no que fosse preciso. O documento em questão era uma exposição de motivos para justificar a necessidade do ministério de contratar os serviços da Fundação São Paulo (Fundasp), entidade mantenedora da PUC paulista. Deveria, portanto, ter sido elaborado por um funcionário do ministério. Mas não. Foi o lobista quem produziu a peça, descreveu as vantagens do contrato, fixou os objetivos e indicou até de onde seriam retirados os recursos. Depois de dois dias de trabalho e várias versões, o documento foi levado ao gabinete do ministro Rossi, que aprovou a contratação, feita sem licitação. Adivinhem quem depois se apresentou como representante da fundação beneficiada com os milhões. Ora, o próprio doutor Júlio.

Opiniões técnicas contrárias à aprovação do processo foram pressurosamente desconsideradas. "Houve ordem do ministro para liberar", disse a VEJA, sob condição de anonimato, um funcionário do ministério que participou diretamente das tratativas. Vencidos os obstáculos, no fim do ano, em mais uma de suas visitas frequentes ao ministério, Fróes convocou para uma "reunião" alguns funcionários que haviam dado uma mãozinha para que o contrato se livrasse das amarras burocráticas. O encontro foi realizado na sala da Assessoria Parlamentar, no 8º andar do ministério, na presença da então chefe do setor, Isabel Roxo. Cada um que chegava era saudado pelo lobista e recebia uma das várias pastas que havia sobre a mesa. Dentro delas havia dinheiro, segundo funcionários ouvidos pela reportagem. "Me ligaram dizendo que era para passar na sala da assessoria do ministério. Quando cheguei lá, estava o Fróes. Em cima da mesa tinha um monte de pastilhas. Ele me deu uma. Disse que era uma "agendinha". Quando abri, tinha um maço de notas de 50 reais", confirma Israel Leonardo Batista, então presidente da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura. Ele conta que o dinheiro estava envolto numa cinta de banco. O lobista disse que era uma gratificação pela ajuda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

"Devolvi na hora porque não aceito esse tipo de coisa", afirma Israel. lembrando que nem sequer contou o dinheiro, mas que, pelo volume do maço, havia ali pelo menos 5000 reais.

O lobista Júlio Fróes atua em várias frentes - e outra delas é apresentar-se como representante do Ministério da Agricultura. Cena vez, sem rodeios, durante uma conversa dentro do Ministério da Agricultura testemunhada por vários funcionários, ele disse que havia procurado os donos de uma gráfica e pedido 10% de "gratificação" em troca da renovação do contrato com o ministério. A empresa, a Gráfica Brasil, não teria concordado em pagar. O lobista disse mais: que a propina foi uma exigência de Milton Ortolan, o braço direito de Wagner Rossi. E revelou mais ainda: que tinha em mãos uma gravação que provava tudo. Funcionários da Gráfica Brasil confirmaram o pedido de propina. "Realmente essa proposta nos foi feita por alguém que se apresentava em nome do ministro e se identificava como "professor", diz um dos responsáveis pela área comercial da empresa.

Além de amigo do ministro, Ortolan atualmente é o secretário executivo do ministério, o número 2 da hierarquia. Procurado por VEJA, o ministro Wagner Rossi disse que nunca tinha ouvido falar do lobista. "Não tenho a menor ideia de quem seja", afirmou. Um dia depois, em nora, a assessoria do ministério informou que o ministro "cumprimentou o lobista uma vez" no ano passado. O ministro também defendeu seu braço direito: "O Milton Ortolan está comigo há muito tempo, eu o conheço há 25 anos, e ele sempre teve minha confiança". Ortolan também negou ser amigo de Fróes. Disse que o conheceu no processo de contratação da Fundasp, a entidade beneficiada pelo contrato de 9 milhões de reais negociado pelo lobista. A Fundasp nega qualquer relação com Júlio Fróes. Em entrevista gravada, o lobista admitiu conhecer tanto o ministro quanto Ortolan, mas só. Ele negou que tivesse ido ao prédio da Agricultura na quarta-feira. As imagens mostram que ele foi. Negou ser representante da Fundasp, enquanto até o ministério diz que foi ele quem representou a entidade. Negou intermediar contratos, negou fazer visitas frequentes a gabinetes do ministério, negou, negou ... Até que, num dado momento, quando já não tinha mais como negar o inegável, ele afirmou: "Eu tenho gravações que comprometem o Ortolan". E ainda fez uma proposta indecorosa: "Quanto você me paga por elas?".

O ministro Wagner Rossi e a cúpula do Ministério da Agricultura, ao que parece, estão se movendo em campo minado. Na semana passada, o ministro foi ao Congresso rebater as acusações de que sua pasta se transformara em uma "central de negócios", conforme denúncia publicada na última edição de VEJA com base em uma entrevista do ex-diretor da Conab Oscar Jucá Neto, irmão do senador Romero Jucá, líder do governo. Depois de cinco horas de audiência. o máximo que o ministro admitiu foi que na Conab há "imperfeições, e não irregularidades". Em março deste ano, representantes da Conab se reuniram com os advogados de uma empresa que cobra da estatal uma dívida de 150 milhões de reais. O processo já tem sentença definitiva desde 2009, mas a Conab, como de praxe, protela o pagamento. O encontro aconteceu numa sala de reunião do Aeroporto de Brasília. Estavam presentes seis pessoas. Sem meias palavras, os representantes da Conab, a imperfeita, condicionaram a liberação do dinheiro ao pagamento de uma propina de 15%, ou seja, 22 milhões de reais. Os advogados da Spam, a empresa credora, não aceitaram. Procurados, os advogados confirmaram o pedido de propina. "O representante da Conab disse que só liberaria o dinheiro se a gente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

pagasse a eles 15% dos 150 milhões. Isso fere a dignidade de qualquer um", diz o advogado Antônio Carlos Simões. Na época, o presidente da Conab era Alexandre Magno de Aguiar. "Nunca autorizei ninguém a fazer qualquer tipo de acordo em nome da Conab", garante o ex-presidente hoje assessor especial do ministro Wagner Rossi. São imperfeições que levam sempre ao mesmo lugar.

Com reportagem de Gustavo Ribeiro e Paulo Celso Pereira."

Matéria publicada hoje no site da Folha de São Paulo:

09/08/2011 - 09h04

Filha de lobista trabalha no Ministério da Agricultura

DE SÃO PAULO

Filha do lobista que levou à demissão do braço direito do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, Nayara Paiva trabalha na pasta desde 17 de fevereiro. Ela é secretária-executiva da Ouvidoria do ministério, contratada por uma empresa que oferece mão de obra terceirizada, informa reportagem de **Catia Seabra, Matheus Leitão e Andreza Matais**, publicada na **Folha** desta terça-feira ([íntegra](#) disponível para assinantes do jornal e do UOL, empresa controlada pelo Grupo Folha, que edita a **Folha**).

Seu pai, o lobista Júlio Fróes, é suspeito de distribuir propina para intermediação de contratos do Ministério da Agricultura, segundo a revista "Veja". Após a publicação da reportagem, o secretário-executivo da pasta, Milton Ortolan, pediu exoneração. Ortolan é homem de confiança do ministro.

Procurada pela **Folha**, Nayara admitiu já ter se encontrado com o pai dentro do ministério, mas afirmou que, em nenhuma das vezes, foi ela quem deu autorização de acesso de Fróes ao prédio.

O ministério afirmou que não houve indicação política.

DEMISSÃO

Ortolan decidiu deixar o cargo após a revelação, pela "Veja", de que o lobista Júlio Fróes teria uma gravação em que ele exigia propina de 10% sobre contrato com o ministério.

Ainda segundo a reportagem, Ortolan foi responsável por levar Fróes à primeira reunião na comissão de licitação do ministério, onde o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

lobista teria até sala própria. Lá, segundo a revista, ele elabora editais e escolhe as empresas prestadoras de serviço da Agricultura.

Na carta de despedida, Ortolan negou as acusações e disse que terá como provar inocência.

"Repudio as informações publicadas de que sou conivente com irregularidades e desvios de recursos no Ministério da Agricultura", disse, em nota.

O demissionário afirmou que conheceu Fróes somente quando ocorreu o processo de contratação da Fundação São Paulo (PUC-SP) pelo ministério. "Chegou a mim como sendo um representante da PUC-SP", afirmou.

A Audiência Pública que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2011.

Deputado **FERNANDO FRANCISCHINI**
PSDB/PR